

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A MÃO DE OBRA EMPREGADA NO INTERIOR PAULISTA PELA COMPANHIA DE AGRICULTURA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO (1930- 1940)

Jesiane Debastiani

Doutoranda do curso de História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho”

je_debastiani@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo da história do Brasil sempre se incentivou a vinda de imigrantes, desta forma, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX ocorreram poucas restrições a entradas de estrangeiros, entretanto priorizava-se o imigrante agricultor branco de origem europeia.

No final do século XIX, com o fim do tráfico de escravos em 1850 e posteriormente, a Lei do Ventre Livre em 1871, anunciavam que a escravidão estava no fim. Neste mesmo período, a lavoura cafeeira, principalmente o estado de São Paulo, passava a demandar cada vez mais mão de obra.

Com a escassez de mão de obra, os fazendeiros passaram a considerar a utilização do trabalho de estrangeiros nas lavouras exportadoras, como também na formação de núcleos coloniais. Antes mesmo dos abalos sofridos pela escravidão, tentou-se trazer imigrantes para o país, porém não se obteve muito êxito.

A primeira tentativa para promover a imigração foi através do Sistema de Parceria implantado pela iniciativa particular de Nicolau Campos Vergueiro. Entretanto este sistema começou a apresentar diversos problemas como o endividamento dos imigrantes e o fato de muitos fazendeiros estarem acostumados a lidarem com o trabalho escravo.

Segundo Paulo Cesar Gonçalves:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

no Sistema de Parceria ocorreu uma quebra de expectativas. Enquanto os colonos – que vinham para o Brasil com a ambição de se tornarem proprietários e melhorarem suas condições de vida – sentiram-se reduzidos à condição de escravos, os fazendeiros viam seus interesses econômicos abalados, pois pretendiam criar um tipo de trabalho que pudesse substituir vantajosamente a mão de obra escrava na cultura do café. (2017, p.326)

Devido às pesadas dívidas que recaíam sobre os imigrantes, como também a presença de violência física, pois muitos fazendeiros estavam acostumados a lidarem com o trabalho escravo e não com o trabalho livre, o sistema de parceria acabou por apresentar diversos problemas, sendo substituído pelo contrato de locação de serviços.

Após o ano de 1857 abandonou-se aos poucos o sistema de parceria, passando a se utilizar o contrato de locação de serviços;

em lugar de uma parcela do valor de produção, os trabalhadores passaram daí em diante a ser pagos mediante preços preestabelecidos por cada medida de café produzido. Alegava-se que reduzindo a incerteza dos ganhos e eliminando as longas demoras do pagamento, os trabalhadores se sentiriam encorajados a cultivar o café com mais empenho. (STOLCKE; HALL, 1986, p.95-96)

No final do século XIX surgiu o regime denominado colonato, segundo Paulo Cesar Gonçalves:

o colonato, resultante de experiências anteriores e de ajustamentos entre fazendeiros e imigrantes, consolidou-se como sistema de trabalho predominante na economia cafeeira, mesmo apresentando grandes contradições que se agravavam em períodos de crise na economia cafeeira. Certamente, um dos fatores do seu relativo sucesso foi a política estatal de subvenção das passagens para imigrantes, livrando-os das dívidas com transporte e evitando que os fazendeiros imobilizassem parte substancial de seus capitais. (2017, p.328)

Durante os anos de 1880, com a demanda cada vez maior por mão de obra, o governo federal começou a subvencionar a entrada de imigrantes para o país, com isso os fazendeiros deixaram de gastar seus capitais com a vinda destes estrangeiros. O governo brasileiro passou a fornecer também subsídio financeiro, como os serviços de embarque, desembarque, recepção, além da instalação de uma Hospedaria dos Imigrantes na Ilha de Flores no Rio de Janeiro.

A província de São Paulo teve um papel de destaque no incentivo à entrada de estrangeiros, atendendo aos constantes pedidos de mão de obra dos fazendeiros,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

promoveu a imigração, principalmente para as áreas do interior. Diferentemente dos demais estados, São Paulo apresentou uma grande estrutura que ia desde o recrutamento de estrangeiros até o seu alojamento, para isso utilizando recursos financeiros do próprio estado.

Com a República ocorreram mudanças no que tange a política imigratória, esta passou a ser descentralizada, sendo que cada estado poderia ter autonomia para agir conforme seus interesses nos assuntos referentes à imigração. Neste período destacou-se a Constituição de 1891 que permitia maior liberdade para os estados resolverem os problemas de imigração e colonização.

Durante os anos de 1920 o governo brasileiro buscou controlar e selecionar a entrada de imigrantes em território nacional, inicialmente por meio do Decreto-Lei n.4.247 de 1921, que regulava a entrada de estrangeiros, desta forma, era proibida a entrada de pessoas com deficiência física, maiores de 60 anos, sendo que o governo brasileiro poderia expulsar o imigrante que não satisfizesse o que era imposto pela lei.

Com o decreto n.16.761 de 1924 o governo brasileiro proibiu a entrada de imigrantes de segunda e terceira classe que apresentassem problemas físicos, maiores de 60 anos, além de pessoas que já tivessem sido expulsas de outro país, que fossem perigosos a ordem nacional.

Cabe destacar a influencia das ideias eugênicas neste período, estas que também estavam presentes na política imigratória brasileira, principalmente no que diz respeito à seleção e restrição de estrangeiros. As ideias eugênicas também surgiram como uma forma de construção de um projeto nacional e, através destas ideias, se pretendia realizar um projeto de branqueamento da população brasileira visto como forma de atraso e de degeneração, o que, para muitos eugenistas, isso se devia ao fato da população brasileira ser constituída por três raças: branca, índia e negra. O projeto de branqueamento da população brasileira consistia em trazer para o Brasil imigrantes europeus brancos.

Segundo Leonardo Dallacqua de Carvalho:

em relação à proibição a determinadas nacionalidades de imigrantes, entre outras questões que poderiam estar ligadas a essa coibição à imigração, pode-se constatar que as teorias raciais exerciam uma forte influência sobre aquilo que se considerava bom para as relações étnico-raciais brasileiras. Nessa preocupação de uma seleção

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

racial ideal para o cruzamento no Brasil adentrava também na gama criteriosa dos eugenistas e simpatizantes a denegação de outros grupos, como por exemplo, japoneses com o intuito de “melhorar” a população brasileira. (2013.p. 08.)

Cabe destacar que a partir da década de 1920 o trabalhador nacional que antes era relegado ao segundo plano no que diz respeito a utilização de mão de obra nas fazendas de café, passou a ser utilizado cada vez mais, devido a alta demanda por trabalhadores.

Após a Primeira Guerra Mundial e conseqüentemente, com a diminuição novamente na entrada de imigrantes, o governo paulista juntamente com os fazendeiros necessitando de mão de obra passaram a utilizar cada vez mais o trabalhador nacional, principalmente vindo do Nordeste. Com isso ocorreu uma modificação no discurso acerca da imagem do nacional, que passou a ser bem aceito por parte da elite intelectual. Nesse processo de recuperação da mão de obra nacional, sua comparação com o estrangeiro é frequente, e na contenda das argumentações ela sai vitoriosa. (KOWARICK, 1994, p.112)

No momento em que Getúlio Vargas assumiu a presidência do país em 1930 iniciaram diversas mudanças no que tange a política imigratória brasileira, baseados em ideias eugênicas os imigrantes passaram a serem considerados desejáveis ou indesejáveis, ao mesmo tempo em que se controlava e restringia a entrada destes estrangeiros. Em relação a utilização da mão de obra nacional, esta passou a ser cada vez mais frequente no interior paulista.

A COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização foi criada em 1928 por um grupo formado por 25 pessoas, sendo a grande maioria composto por fazendeiros e liderado por Atílio Fávero sob o nome de Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) no estado de São Paulo. A empresa apresentava como objetivos a compra e venda de lotes de terras, como também a introdução de imigrantes e nacionais para trabalharem no meio agrícola no interior do estado de São Paulo.

Após a sua criação a Companhia foi dividida em três seções: Imigração, Colonização e Seção Financeira. A seção de Imigração foi instituída em 1928 se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

estendendo até o ano de 1938, tendo como principal ação a entrada de imigrantes e nacionais para o estado. O setor de Colonização também foi instaurado no ano de 1928 tendo suas atividades até 1961, sua ação se deteve na venda de terras, sendo estas de fazendeiros.

Durante o período em que esteve com o nome de Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil o setor de Imigração da Companhia foi responsável por inserir 3.000 cearenses para trabalharem no estado de São Paulo, entretanto não obtendo muito sucesso, enquanto na seção referente à Colonização, a CGICB teve como papel a venda de lotes de terras do Núcleo Colonial da Barrinha, na cidade de Sertãozinho.

Cabe destacar que no ano de 1929 a ação desta empresa se destinava principalmente as áreas conhecidas como “zonas velhas”, alegando que recebia vários pedidos de fazendeiros para a introdução de trabalhadores em suas fazendas, para suprir o clamor dos cafeicultores, teve início os primeiros embarques de agricultores do Ceará. (OLIVEIRA, 2010, p.57)

Apesar destas ações da Companhia, esta passava por algumas dificuldades, como a seção de imigração havia sido paralisada por não apresentar os resultados esperados, ao mesmo tempo em que a empresa não conseguia crédito para comprar novas propriedades. Além disso, Attilio Favero acreditava que os motivos que colaboraram para a decadência da empresa seria a Crise de 1929, a Revolução de 1930 e a Revolução de 1932.

Em 1934 a CGICB foi reorganizada surgindo a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) com a Companhia Paulista sendo a principal acionista, como também mandante da empresa, sendo que as reuniões desta empresa eram realizadas na Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Nesta nova fase da Companhia foram retomados os trabalhos da Seção de Imigração, estabelecendo novos acordos com o Governo do Estado de São Paulo e criando agências filiais em diversos Estados para o angariamento de trabalhadores nacionais. Quanto ao programa de Colonização, este é intensificado. Agora dispondo a Companhia de mais capital para fazer investimentos, ela passa a não apenas intermediar a venda de propriedades de terceiros, mas adquire suas próprias glebas, tornando o negócio ainda mais lucrativo. (OLIVEIRA, 2010, p.75)

Inicialmente a CAIC se propôs a introduzir estrangeiros para as lavouras paulistas devido a crescente demanda por mão de obra, entretanto com a diminuição da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

entrada de imigrantes influenciada pelas políticas imigratórias restritivas da Era Vargas, pelo contexto da Segunda Guerra Mundial, a CAIC também se dispôs a introduzir os nacionais para atender a agricultura paulista, principalmente de origem nordestina. Desta forma, podemos compreender que a Companhia teve um papel muito importante no que tange a angariar trabalhadores para a agricultura paulista.

A POLITICA IMIGRATÓRIA E A DEFESA DO TRABALHADOR NACIONAL NA ERA VARGAS

Como já comentado neste trabalho, quando Getúlio Vargas assumiu o comando do Brasil ocorreram inúmeras mudanças em vários setores da sociedade, principalmente na política imigratória e na defesa do trabalhador nacional.

No que tange a política imigratória, a partir dos anos de 1930 aumentava-se o debate acerca do imigrante ideal para o país. Em 1934 foi criada a Lei de Cotas onde a corrente imigratória de cada país não poderia exceder o valor anual de dois por cento referente ao número de estrangeiros entrados nos últimos cinquenta anos. Desta forma, a imigração sofreu uma queda em seus números, principalmente a de japoneses.

Neste mesmo período o imigrante foi considerado como “desejável” ou “indesejável”, sendo aceito o imigrante europeu branco sem deficiências físicas ou psicológicas, ao mesmo tempo em que pessoas com mais de 60 anos, deficientes, negros, japoneses, judeus, alemães eram proibidos de entrarem no país.

Para controlar a entrada destes estrangeiros foram criados inúmeros decretos, sendo muitos destes influenciados pelas ideias eugênicas, como também foram criados órgãos cujo objetivo era fiscalizar a entrada destes imigrantes, como o Conselho de Imigração e Colonização.

O auge das restrições e seleção aos imigrantes ocorreu com o Estado Novo, onde decretos foram promulgados com a intenção de controlar cada vez mais a imigração, ao mesmo tempo em que se delimitavam quem era adequado para vir ao país e quem era visto, pelo Governo Brasileiro, como indesejável. Temos como os principais decretos deste período, o DecretoLei n.406 de 04 de Maio de 1938 e o Decreto-Lei3.010 de 20 de Agosto do mesmo ano, decreto este que regulamentava o Decreto-Lei n. 406, de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O que podemos perceber da política imigratória que se estabeleceu a partir de 1934 e vai se configurar e atingir o seu auge no Estado Novo, foi que o Governo passou a sentir a necessidade de fechar as —portas brasileiras‖ às correntes imigratórias vistas como indesejáveis, uma vez que, estas que poderiam —interferir‖ na construção de uma nova nação brasileira. Ao mesmo tempo em que determinadas nacionalidades foram convidadas, bem vistas a integrarem o projeto de branqueamento e progresso da civilização brasileira.

No momento em que se configurou uma nova política imigratória no país, ocorreram mudanças também no que tange a defesa do trabalhador nacional. Sendo que este era considerado anteriormente como vadio, indisciplinado, mestiço, racialmente inferior. Foi, portanto, da depreciação do brasileiro enquanto tipo social que emergiu a valorização do imigrante (NAXARA, 1991, p. 77). Desta forma, esse pensamento caracterizado pela desvalorização do nacional que prevaleceu no final do século XIX até as primeiras décadas do século XX fez com que muitos fazendeiros vissem o imigrante como trabalhador ideal, relegando o nacional a um segundo plano ou o utilizando apenas em momentos em que era maior a demanda por mão de obra.

No início do século XX houve uma tentativa de rever a imagem deste nacional, para isso desviando deste trabalhador características que o depreciavam, Artigos do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo abordavam a importância de se ter a migração de nordestinos para o território paulista, alegando que São Paulo necessitava de braços para a lavoura, desta forma, era necessária haver uma migração inter-regional de nordestinos, para isso realizar um acordo entre São Paulo e os estados do Norte com a colaboração do Governo Federal.

Temos, pois elementos para poder fazer juízo do cearense como colono em São Paulo e podemos assegurar que o estabelecimento de uma corrente emigratória de nordestinos do Brasil para o Estado de São Paulo seria uma medida de alcance extraordinário para o nosso futuro econômico (LEME, 1920, p.138).

Muitos destes trabalhadores nacionais que se encontravam nas fazendas de café eram de origem nordestina, geralmente vinham fugidos da seca e buscando melhores condições de vida. Apresentando brevemente o histórico das secas, estas que já eram recorrentes desde o século XVI perdurando em determinados períodos pelos anos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

seguintes, cabe destacar que em momentos de secas estas populações se deslocavam para regiões vizinhas.

Nos primeiros anos do século XX estes nacionais continuavam a vir para o estado de São Paulo e poucas medidas foram tomadas pelo governo federal em relação à questão da seca. Após a Primeira Guerra Mundial observou-se um aumento nos números de entradas de nacionais para o Estado de São Paulo, enquanto diminuiu o saldo de entrada dos imigrantes. Desta forma, os fazendeiros passaram a utilizar cada vez mais a mão de obra nacional em suas fazendas.

A opção pela mão de obra migrante fez com que novas diretrizes de atuação para a política de mão de obra na lavoura paulista se delineassem de forma mais clara a partir dos anos 1930 (PAIVA, 2004, p. 235). Com o governo Vargas iniciou-se uma política de defesa do trabalhador nacional, ao mesmo tempo em que se restringiram as correntes imigratórias que vinham para o país.

Com a constante reclamação por parte das elites agrícolas pela falta de mão de obra para a lavoura tornou-se necessário à retomada a política de subsídio no estado de São Paulo, desta forma, com a volta do subsídio as empresas particulares passaram a agir na questão da imigração. Entre as empresas particulares, destaca-se a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), que juntamente com o governo do estado de São Paulo atuou na introdução de trabalhadores nacionais para as lavouras paulistas, entretanto era necessário que estes migrantes atendessem a certas exigências estipuladas pelo governo.

A CAIC E A AÇÃO DE ANGARIAMENTO DE TRABALHADORES

No momento em que a Companhia foi criada esta teve como um dos seus objetivos o angariamento de trabalhadores para a lavoura paulista. Cabe destacar que a empresa também possuía a intenção de atuar nos países de origem dos imigrantes considerados “desejáveis” para o país.

Segundo Giani Vandramel de Oliveira:

A intenção da Companhia era lucrar com seus serviços de duas maneiras: com a imigração e com a venda de lotes. Primeiramente ela lucraria fazendo o transporte e a colocação dos imigrantes nas lavouras cafeeiras. Ao passarem pelo período de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“estágio” nas antigas propriedades rurais, os trabalhadores estariam adquirindo recursos financeiros para que pudessem comprar sua própria terra. Neste momento a Companhia tem a oportunidades de lucrar pela segunda vez ao entrar em ação seu outro empreendimento, vinculado ao setor de colonização, que ofereceria um pequeno lote de terra a estes trabalhadores com facilidades de pagamento. (2010, p.92)

Desta forma, a empresa conseguia trazer imigrantes para o país e posteriormente, vender terras a estes estrangeiros. Cabe destacar que inicialmente a intenção da CAIC era introduzir apenas imigrantes, entretanto devido ao aumento da demanda por mão de obra e o incentivo a utilização do trabalhador nacional, esta companhia se viu obrigada a trazer também nacionais para as lavouras, entretanto os responsáveis pela CAIC reclamavam da qualidade dos trabalhadores nacionais.

Para analisar a ação da Companhia no que tange a introdução de trabalhadores para a lavoura paulista, foi utilizada parte da documentação da Companhia de Agricultura Imigração e Colonização que se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo, no fundo da Secretária de Agricultura do Estado de São Paulo, referente ao item Terras, Colonização e Imigração sob o nome de “Processos de introdução de trabalhadores na lavoura”.

Na documentação do Arquivo do Estado de São Paulo encontramos alguns contratos para a introdução de imigrantes e nacionais. Podemos perceber que existiam certos requisitos a serem cumpridos por parte destes trabalhadores. Estes requisitos estão presentes em um ofício trocado entre José Paiva Castro, representando a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, e a CAIC no ano de 1936:

os imigrantes deveriam ser constituídos em famílias, exclusivamente agricultores, válidos de boa conduta moral e civil, tendo cada família, pelo menos, três pessoas aptas para o trabalho, contadas, unicamente entre pais e filhos, com exclusão absoluta de quaisquer outros parentes. Consideravam-se aptos para o trabalho os homens e mulheres validos, de 12 a 50 anos¹.

Analisando os arquivos percebemos o interesse da CAIC na introdução de imigrantes principalmente de origem europeia, pois encontramos vários ofícios entre a

¹ Ofício enviado ao Diretor Presidente da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 21/10/1936, In Arquivo Público do Estado de São Paulo. n° de Ordem 10. Processo 115, p.01.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CAIC e diversos países acerca da entrada destes estrangeiros, em uma carta entre a Companhia e o Governo da Dinamarca, a empresa se mostra interessada na vinda destes estrangeiros. Segundo a CAIC devemos informar ainda que a base precípua de nossos trabalhos é a de colocar no Brasil indivíduos exclusivamente agricultores e por isso teríamos muito interesse em ter em nossa agricultura colonos dinamarqueses².

Podemos perceber arquivos referentes à negociação da vinda de 100 famílias de espanhóis, sendo entre a CAIC e a “Société Generale de Transportssmaritimes à Vapeur”, autorizamos Vv. Ss. a efetuarem o recrutamento e transporte para Santos das primeiras 100 famílias agricultoras espanholas, para as quais já temos a devida autorização do Governo do Estado de São Paulo³.

Na documentação da Companhia encontramos ofícios da empresa Theodor Wille & Co Ltda acerca de transporte de imigrantes, sendo que provavelmente este transporte compreenderá 22 famílias, sendo 12 de nacionalidade lituana e 10 de nacionalidade alemã (teuto-russos). O embarque será feito de acordo com o que foi combinado em tempo em relação ao contrato de 500 famílias, isto é, pelo preço normal de £ 17 por passagem⁴. Cabe destacar que acerca da entrada destas famílias podemos encontrar tabelas que demonstram idade, religião e profissão de cada imigrante.

Havia também o interesse na vinda de imigrantes da Romênia-Hungria, podemos perceber isso em um ofício entre Barbaro di San Giorgio e a CAIC:

O número de imigrantes europeus que proponho introduzir a título de experiência é de aproximadamente 1.000 (mil) imigrantes. O meu trabalho de angariamento destas famílias será desenvolvido no Banath (Romênia-Hungria) onde irei angariar de 20 a 25 famílias para experiência de serviço; verificado que este trabalho esta sendo feito em condições normais, fixaremos então a nacionalidade e procedência das outras famílias⁵.

Através da documentação analisada percebemos um aumento no número de introdução de nacionais feito pela Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização,

² Carta enviada ao Consul Real da Dinamarca. 21/10/1935. In Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº de ordem: 24. p.01.

³ Ofício enviado a Companhia de Agricultura Imigração e Colonização. 29/08/1935. In Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº de ordem: 07. p.01.

⁴ Ofício enviado a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. 14/07/1936. In Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº de ordem: 136. p. 01.

⁵ Ofício enviado a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. 21/01/1937. In Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº de ordem: 02. p.01.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

principalmente a partir da década de 1930, destaca-se que a grande maioria era de origem nordestina.

Em relação ao trabalhador nacional, observamos vários ofícios e listas acerca da entrada destes migrantes, com destaque para um contrato assinado entre a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para a introdução de trabalhadores de outros estados. No presente contrato a CAIC ficaria autorizada a introduzir 10.000 trabalhadores nacionais para o estado de São Paulo no ano de 1938, sendo que:

estes migrantes deveriam ser de profissão agrícola, constituídos em famílias, tendo no mínimo três membros da família aptos para o trabalho, além de apresentar boa saúde e conduta moral e civil. Estes nacionais deveriam sair das seguintes zonas: Ceará, São Salvador, Rio de Janeiro, Espirito Santo⁶.

Para a introdução destes nacionais, a Companhia organizou os seus serviços em diversos estados, como uma agência no Porto de São Luiz, sendo responsável pelo norte de Maranhão e Piauí. Foram também criadas agências em Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, em Maceió sendo que nos meses de Maio, Julho, Outubro, Novembro e Dezembro somaram-se um total de 2.475 embarques.

CONCLUSÃO

A política imigratória brasileira a partir da década de 1930 passou por grandes transformações, sendo caracterizada neste período por uma grande restrição e seleção, desta forma, imigrantes considerados “indesejáveis” pela elite intelectual eram impedidos de virem para o país. Apesar das restrições, o estado de São Paulo demandava cada vez mais mão de obra, principalmente para a lavoura cafeeira presente no interior paulista.

Neste contexto foi criada a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para atender a constante demanda dos fazendeiros paulistas, inicialmente seus objetivos eram introduzir estrangeiros para o estado de São Paulo, como também colaborar no projeto de colonização de núcleos coloniais e na venda de lotes de terras para imigrantes.

⁶ Termo de Contrato que assina a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização para a introdução em São Paulo de trabalhadores procedentes de outros estados. Arquivo Público do Estado de São Paulo. nº de ordem 34. 18/03/1938. p.01-04.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Na sua tarefa de angariar trabalhadores para o estado de São Paulo, a empresa deveria seguir certos requisitos, como a seleção física e psicológica dos trabalhadores, sendo que todos deveriam ser agricultores, destaca-se a presença de imigrantes europeus, que segundo os representantes dos governos queriam enviar sua população excedente para o Brasil.

Com o aumento das restrições no Governo Vargas e a política de defesa do trabalhador nacional, a CAIC se viu obrigada a introduzir os nacionais, entretanto seguindo os mesmos critérios de seleção utilizados para estrangeiros. Cabe destacar que eram recorrentes as reclamações da empresa em relação a estes trabalhadores.

Desta forma, acreditamos que a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização ao longo dos anos de 1930-1940, período em que o país esteve sob o Governo Vargas e posteriormente, a Segunda Guerra Mundial, conseguiu angariar trabalhadores para o interior paulista, para isso seguindo as ordens da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo e do Governo Federal.

FONTES

- Documentos da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEUGUELMAN. Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos**. Editora Edusp. 2005.

CARVALHO. Leonardo Dallacqua de. **Imigrantes indesejáveis: a visão da eugenia no processo de restrição à imigração no Brasil. VI Congresso Internacional de História**. 2013.

DEBASTIANI. Jesiane. **A Política imigratória do governo Vargas (1940-1945): teses, práticas e debates na Revista de Imigração e Colonização.**, Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis 2018.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GERALDO. Endrica. A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o trabalho imigrante nos anos 30. In: **II JORNADA NACIONAL DE HISTÓRIA DO TRABALHO**, 2004, Florianópolis. Anais do X Encontro estadual de História Anpuh-SC, III Reunião Nacional do GT de Estudos do Gênero e II Jornada Nacional de História do Trabalho. Florianópolis: ANPUH-SC/PROEXTENSÃO-UFSC, 2004. pp. 304-306.

GONÇALVES. Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. **Almanack**, Guarulhos, n. 17, p. 307-361, Dez. 2017.

HOLLOWAY. Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**; tradução de Eglê Malheiros- Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1984.

KOWARICK. Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. 2ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1994.

LEME. André Betim Paes. Contribuição para o estudo da adaptação dos cearenses como colonos como colonos nas lavouras de São Paulo. **Boletim do Departamento Estadual do Trabalho**. Ano IX, n.34 e 35, 1º e 2º Trimestre de 1920. São Paulo.

NAXARA. Maria Regina Capelari. **Estrangeiro em sua própria terra: representações do trabalhador nacional 1870/1920**. Dissertação de Mestrado. Unicamp. 1991.

OLIVEIRA. Giani Vendramel de. **A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização) e o processo imigratório no estado de São Paulo (1928-1961)**. Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá. 2010.

PAIVA. Odair da Cruz. **Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru, SP. EDUSC, 2004.

STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 80-120, 1983.